

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO
MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

*Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone**
Terezinha de Jesus N.G.Coelho****

Resumo: A pessoa jurídica do microempreendedor individual - MEI, foi criada, no Brasil, pela Lei Complementar 128/08 em primeiro de julho de 2009 e inserida na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar 123/06, com o propósito de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores individuais, principalmente, nas questões tributárias e burocráticas. Tal ação representou uma porta de entrada para o empreendedorismo, e também uma importante porta de saída da informalidade, pois possibilitou a formalização de inúmeros microempreendedores. Dados apresentados pela Receita Federal do Brasil indicam um crescimento de 1.646% em 2010 para 37,2% em 2013, demonstrando que as benéficas da Lei, incentivaram a procura pela legalização de micronegócios. Destacasse a crescente participação feminina, quando da análise dos índices registrados no cadastrado do Microempreendedor Individual na região do Estado de São Paulo, relacionada, principalmente, com negócios voltados a prestação de serviços direcionados à beleza e estética que se enquadram no sistema do microempreendedor individual, fato este, que é objeto e justifica a elaboração deste trabalho. Trata-se de um estudo de natureza exploratória realizado por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental. Da comparação realizada entre os períodos compreendidos entre os anos de 2011 a 2013, observasse a evolução, em termos percentuais, do total de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, demonstrando que, ano a ano, a presença da mulher vem se destacando, conforme os resultados apresentados ao final deste artigo.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual, mulher, mercado de trabalho, evolução.

* Mestra em Educação e Administração. Doutoranda em Ciências Sociais na PUC São Paulo, coordenadora e docente do Centro Universitário Assunção.

** Bacharel em Administração, consultora na área de Empreendedorismo e ex-aluna do UNIFAI.

*** Especialista em Gestão de Recursos Humanos, docente do Centro Universitário Assunção e UNIB.

Abstract: The legal entity of individual microentrepreneurs - MEI, was created in Brazil by Complementary Law 128/08 on July 1, 2009 and inserted into the General Law of Micro and Small Enterprise - Complementary Law 123/06, in order to reduce difficulties faced by individual entrepreneurs, especially in the tax and bureaucratic issues. This action represented a doorway to entrepreneurship, and also an important output port of informality, it enabled the formalization of many microentrepreneurs. Data presented by the Brazilian Receita Federal indicates a growth of 1,646% in 2010 to 37.2% in 2013, demonstrating that beneficiaries of the Law boosted the demand for legalization of microbusinesses. There was an increasing female participation, when analyzing the ratios in the Single Microempendedor registered in the State of São Paulo, related mainly with businesses aimed to provide focused to beauty and services that fit the individual microenterprise system services, this fact, which is the object and justifies this study. This is an exploratory study conducted through literature and documents. The comparison between the periods between the years 2011 to 2013, observe the evolution in percentage terms of total formalized individual microentrepreneurs in Brazil, demonstrating that, year by year, the presence of women has been highlighted as the results presented at the end of this article.

Keywords: individual microentrepreneurs, women, job market, evolution.

Introdução

O presente artigo tem como propósito apresentar o processo de evolução na adesão ao cadastro do Microempendedor Individual (MEI). Criada pelo governo federal devido às dificuldades encontradas pelos empreendedores de se manterem no mercado devido à alta carga tributária e pela burocratização na abertura de empresas, a pessoa jurídica do microempendedor individual surgiu por intermédio da Lei Complementar 128/08 em 01 de Julho de 2009, e implantada na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa-Lei Complementar 123/06, com a finalidade de desenvolver o setor econômico e promover a inclusão social. Seu foco foi permitir aos pequenos empresários informais a formalização gratuita, simplificando a burocratização administrativa, tributária, previdenciária gerando oportunidades de crescimento e de créditos. O

destaque é para a participação feminina que a cada ano traz dados significativos para a economia local e mundial conforme análise dos dados do cadastro do Portal do Empreendedor, fornecidos pela Receita Federal do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Sendo assim, trata-se de estudo qualitativo realizado por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental. Este artigo está dividido em quatro partes incluídas esta introdução e as considerações finais.

Este estudo se justifica devido ao segmento de micronegócios ser composto por uma parcela significativa de mulheres, cujo trabalho é realizado em próprio domicílio e de maneira indireta, como comerciantes e prestadoras de serviços com grande concentração na região Sudeste.

No referencial teórico relatou-se a história do empreendedorismo, as diferenças entre o administrador e o empreendedor, as características do empreendedor, bem como a história da mulher no mercado de trabalho, a mulher no mercado de trabalho brasileiro e sua evolução no período de 2001 a 2011. Contemplou-se ainda, o conceito de Microempreendedor Individual e o Perfil da mulher no Microempreendedorismo Individual.

Investigou-se o aumento da participação feminina no microempreendedorismo individual no Estado de São Paulo, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2013.

Os resultados apontam para uma participação cada vez mais efetiva, da mulher, na busca da regularização/formalização de seus negócios individuais, conforme os dados apresentados.

1. Recursos metodológicos

Trata-se de estudo qualitativo, de natureza exploratória que utilizou o método da pesquisa bibliográfica cumulada com a documental.

O referencial teórico está fundamentado em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos científicos e materiais disponibilizados pela internet, contemplando autores como Dornelas, Drucker, Giddens e Schumpeter.

A análise documental foi realizada para a apuração dos dados sobre os gêneros informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e Receita Federal do Brasil. A pesquisa documental possibilitou o conhecimento dos indicadores relativos aos períodos compreendidos entre os anos de 2001 a 2013. Assim sendo, a partir das informações fornecidas foi possível analisar os dados e obter uma posição sobre a participação feminina no processo microempendedor.

2. Referencial teórico

2.1 A história do empreendedorismo

O século XX foi marcado por vários progressos tecnológicos em um curto espaço de tempo que revolucionaram a vida moderna. O mérito dos avanços tecnológicos e o sucesso das invenções foram de pessoas ou equipes que questionavam, não tinham medo de arriscar e fizeram acontecer, por meio de atributos visionários.

De acordo com Hisrich (1986), o termo empreendedor (*entrepreneur*) surgiu na França entre os séculos XVII e XVIII cujo significado designaria aquele que assume riscos e começa algo novo. Para Dornelas (2001), o verdadeiro sentido do empreendedorismo deve ser creditado a Marco Polo que estabeleceu uma rota comercial para o Oriente, correndo riscos no papel funcional do aventureiro empreendedor. O autor apresenta a definição de Schumpeter (1949 p. 37), como sendo uma das mais antigas e que melhor reflete o espírito empreendedor: “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica na introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos”.

As novas criações destroem o valor das antigas, criando novas expectativas para o mercado, trazendo novas oportunidades, provocando impacto e moldando a economia, causando desequilíbrio dinâmico equilibrando-o de uma forma sadia. De acordo com Schumpeter (1983) uma pessoa pode ser considerada empreendedora somente por meio de inovação, um motivador do sistema capitalista com fundamentação importante para o desenvolvimento de novos negócios e com isso, a inovação gera o aumento da economia. É possível ser empreendedor ainda que se esteja a serviço de empresas. Neste sentido, denomina-se intraempreendedor, ou seja,

empreendedor interno, inovando os negócios já existentes. “O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar, assumindo riscos calculados” (Dornelas, 2001, p.37).

Dornelas (2001) e Kirzner (1973 p.15) apresentam uma abordagem diferente. Para o primeiro autor o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência e identifica oportunidades. Para o segundo autor “O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”.

Ainda para Dornelas (2001), ser empreendedor e microempreendedor, difere quanto ao período histórico, conforme demonstrado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Evolução histórica do perfil empreendedor

Período	Termo de empreendedor	Perfil do empreendedor
Idade Média	Utilizado para definir quem gerenciava grandes projetos de produção.	O indivíduo, apenas gerenciava projetos, utilizando recursos disponíveis, provenientes do governo do país e não assumia grandes riscos.
Século XVII	Primeiros indicativos de riscos foram por meio de acordos contratuais que estabeleciam preços prefixados sendo o lucro ou prejuízo exclusivo do empreendedor	Diferença do empreendedor que assume riscos e do capitalista que fornece o capital.
Século XVIII	Início da industrialização definiu o papel dos investidores no processo de manufatura.	O capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados, empreendedor era a pessoa que criava e conduzia empreendimentos.
Século XIX e XX	Sob o ponto de vista econômico, a organização da empresa esta a serviço do sistema capitalista.	Os empreendedores são confundidos com os gerentes e administradores.

Fonte: Dados de Dornelas (2001) adaptado por Bom Angelo (2003).

De acordo com o quadro anterior os empreendedores foram confundidos com gerentes, administradores e investidores, nos diversos períodos da história.

2.2. Características do empreendedor

O quadro 2, apresenta as características principais que descrevem um empreendedor, segundo os autores especialistas na área do empreendedorismo.

Quadro 2 – Características principais do Empreendedor

CARAC- TERÍSTICAS	DESCRIÇÕES
Detecta oportunidades	“É a habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança” Markman & Baron(2003, p. 289).“que tem capacidade de identificar, explorar e capturar o valor das oportunidades de negócio” Birley & Muzyka (2001, p. 22).“A predisposição para identificar oportunidades é fundamental para quem deseja ser empreendedor e consiste em aproveitar todo e qualquer ensejo para observar negócios” Degen (1989, p.19)
Assume riscos calculados	Pessoa que, diante de um projeto pessoal, relaciona e analisa as variáveis que podem influenciar o seu resultado, decidindo, a partir disso, a continuidade do projeto Carland <i>et al.</i> (1988); Drucker (1986); Hisrich & Peters (2004).“Individuos que precisam contar com a certeza é de todo impossível que sejam bons empreendedores” Drucker (1986, p. 33).“O passaporte das empresas para o ano 2000 será a capacidade empreendedora, isto é, a capacidade de inovar, de tomar riscos inteligentemente, agir com rapidez e eficiência para se adaptar às contínuas mudanças do ambiente econômico” Kaufman (1991, p. 3).
Inovador	Pessoa que relaciona idéias, fatos, necessidades e demandas de mercado de forma criativa (Birley & Muzyka, 2001; Carland <i>et al.</i> (1988); Degen(1989); Filion(2000). Hoy e Carland (1988) concluem que o empreendedorismo é principalmente função de quatro elementos: traços de personalidade de necessidade de realização e criatividade, propensão à inovação, risco e postura estratégica.
Planejador	Pessoa que se prepara para o futuro Filion (2000); Kaufman, (1991); Souza <i>et al.</i> (2004).“Os empreendedores não apenas definem situações, mas também imaginam visões sobre o que desejam alcançar. Sua tarefa principal parece ser a de imaginar e definir o que querem fazer e, quase sempre, como irão fazê-lo” Filion (2000, p. 3).“O empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização” Dornelas (2001, p.15).
Líder	Pessoa que, a partir de um objetivo próprio, influencia outras pessoas a adotarem voluntariamente esse objetivo Filion (2000); Hisrich & Peters(2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997).“Uma vez que os empreendedores reconhecem a importância do seu contato face a face com outras pessoas, eles rapidamente e vigorosamente procuram agir para isso” Markman & Baron (2003, p. 114).
Autoeficaz	“É a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercitar controle sob eventos na sua vida” Chen, Greene, & Crick (1998, p. 296). “Em quase todas as definições de empreendedorismo há um consenso de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa; (2) organizar reorganizar mecanismos sociais e econômicos, a fim de transformar recursos e situações para proveito prático; (3) aceitar o risco ou o fracasso” Hisrich & Peters (2004, p. 29).
Sociável	Envolve o grau de utilização da rede social para suporte à atividade profissional Hisrich & Peters (2004); Longenecker <i>et al.</i> (1997); Markman & Baron (2003).“Os empreendedores... fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. Já não os vemos como provedores de mercadorias e autopeças nada interessantes. Em vez disso, eles são vistos como “energizadores” que assumem riscos necessários em uma economia em crescimento, produtiva” Longenecker, Moore, & Petty (1997, p. 3).

Fonte: Dados do blog Empresas de Base Tecnológica (EBTs) – Brasil.

Sob o ponto de vista dos autores mencionados, o empreendedorismo pode ser entendido como uma ideologia do capitalismo que garante a legalidade de atividades antes não valorizadas, para atuar economicamente e de forma reconhecida.

Analisando o movimento empreendedor, nomes de muitos homens empreendedores destacam-se. Mas, historicamente, poucos casos de mulheres empreendedoras compuseram a trajetória do empreender, instigando a uma análise da mulher empreendedora. Para entender essa questão será necessário verificar a história da mulher no mercado de trabalho e verificar em que momento ela começa a atuar como empreendedora.

2.3. A história da mulher no mercado de trabalho

Desde o século XVII, quando as manifestações das mulheres trabalhadoras começaram a possuir um fundo político, que elas tentam colocar em prática a lei do Artigo 113, inciso 1 da Constituição Federal, em que “todos são iguais perante a lei”. Conforme Araújo (2010) os movimentos feministas são manifestações políticas, cuja meta é conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, garantir a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. As manifestações feministas tem natureza intelectual que procuram suprimir a ideia de diferença entre os gêneros, no que se refere aos direitos. No entanto, a caracterização dos gêneros é naturalizada em praticamente todas as culturas humanas.

De acordo com Stearn (2010), no período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) com a saída dos homens para as frentes de batalha, as mulheres assumiram os negócios da família e a posição das mulheres no mercado de trabalho teve seu marco inicial. Segundo o autor, as mulheres não tiveram outras opções a não ser levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos, na obrigação de deixar a casa e os filhos para tocar o trabalho à diante. Com o fim da guerra, muitos dos homens se foram e dos que sobreviveram ao conflito, foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho.

Segundo Giddens (2005), os valores domésticos são atribuídos às mulheres, responsáveis por cuidar dos filhos, manter a casa em ordem e cozinhar para a família. Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a divisão de trabalho entre gêneros sofreu uma radical mudança com um aumento de 16% no contingente feminino, nos anos subsequentes a 1945. A presença feminina no

mercado de trabalho ocasionou mudanças em diversas disposições sociais, gerando muitas críticas e atribuições de culpa, principalmente pela ausência no ambiente doméstico, devido ao menor contato e acompanhamento dos filhos e de seu companheiro.

De acordo com o SEBRAE as mulheres que trabalham fora, executam menos tarefas domésticas comparadas às mulheres que prestam serviços domésticos em suas próprias casas. Porém, as mulheres que trabalham fora enfrentam uma dupla jornada, pois continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas e com os cuidados com a família. A mudança de alguns padrões familiares tradicionais, de acordo com Bruschini (2006) é uma das consequências do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho remunerado.

De acordo com a Mayra Rebello Salatini (2013) da redação do jornal Brasil Profissões, no século XVIII, a partir da Revolução Industrial Inglesa e com a chegada do maquinário a vapor para produção, as portas das fábricas foram abertas para muitas mulheres e crianças, expondo-lhes a longas jornadas e condições sub-humanas de trabalho, com baixíssimos salários. Com a indústria a todo vapor, o capitalismo começa a sua consolidação e a sociedade se aproveita do trabalho feminino, para que seja explorada sua mão de obra e desta forma, remunerá-las com um terço do salário masculino.

Conforme Nogueira (2004), no mundo do trabalho feminino, principalmente em funções em que a jornada de trabalho é reduzida, implica-se uma proporcional redução de salários. Ocupações terceirizadas, trabalho doméstico, subcontratações e trabalho informal empregam muito mais mulheres do que homens. Ao destacar-se no estudo o trabalho da mulher, é necessário direcionar a pesquisa em outros horizontes como: familiar, público, político, econômico, religioso e em outras esferas sociais. De acordo com Kühner (1977, p. 26) “[...] a mulher comum é um ser social e histórico e, como tal, está envolvida na rede de relações sociais e situada em um determinado espaço/tempo histórico”.

De acordo com Ramy Arany, co-fundadora do Instituto KVT existe desequilíbrio na participação das mulheres no mercado de trabalho, pois elas ainda enfrentam obstáculos culturais, de religiosidade e leis vigorantes em cada país. Para Ramy, a maior conquista das mulheres é a presença crescente na liderança, de forma global. Pesquisa da *Industrial Preqin* de 2013 indica que as mulheres ocupam apenas 9% das posições de liderança mundial, onde a Europa apresenta 9,1%

e os Estados Unidos 8,7%. O índice apontado pela *Internacional Business* (entre os anos de 2001 a 2009), sobre a ocupação de cargos de liderança feminina no Brasil, é de aproximadamente 27%.

Na edição nº 640 da revista *Época*, o antropólogo americano Ted Polhemus, afirma que a elevação do grau de instrução e o modo visionário das mulheres têm acompanhado o crescimento econômico de países emergentes, devido às mulheres se sentirem mais seguras para ousar e influenciar de forma expressiva a história socioeconômica e cultural.

Segundo dados do SEBRAE (2013), o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como empreendedora está associada ao crescimento de maior instrução, queda na taxa de fecundidade, ao crescimento do número de casais sem filhos e a maior urbanização.

2.4. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro

Segundo Mayra Rebelo Salatini (2013) da redação do jornal *Brasil Profissões*, em 1813, no período da abolição da escravidão no Brasil, a mulher camponesa e ex-escrava trabalhava como ambulante no comércio de doces e quitutes nas ruas, sendo esta uma alternativa para as trabalhadoras, tendo a oportunidade de uma nova profissão.

Conforme Weinstein (1995) no período da República, época da urbanização, a mulher exercia atividade produtiva na zona rural na manutenção do equilíbrio doméstico familiar. Apesar disso, Batalha (2000) mostra que a participação da mulher na indústria era significativa nas regiões que apresentavam maior processo de modernização. Em 1920 São Paulo representava 29% do total de trabalhadores na indústria, sendo que, na têxtil 58% eram mulheres e no Rio de Janeiro 27% do total de trabalhadores na indústria, 39% eram mulheres.

Segundo Pochmann (2002), a era dos direitos trabalhistas iniciou-se na Revolução de 1930, por meio do presidente e “ditador” Getúlio Vargas. A primeira lei que tratava sobre a mulher trabalhadora e que a protegia contra a exploração social, foi expedida pelo Decreto nº 24.417-A de 17 de maio de 1933. Após um estudo do trabalho feminino realizado pelo ministro Lindolfo Collor (jornalista e político brasileiro, sua passagem pelo Ministério do Trabalho durou 15 meses) foi redigido toda a estruturação da legislação social em que ele participou de forma intensa na elaboração da constituição, principalmente na lei trabalhista. Lindolfo foi avô de Fernando Collor, presidente do Brasil no período compreendido entre os anos de 1990 a 1992.

O crescimento do trabalho feminino ocorreu após 1940, com a diversificação de ocupações no processo de expansão de indústrias siderúrgicas, químicas, e automobilísticas, anteriormente a mulher ocupava funções como professora, atendente, enfermeira, doméstica, comerciante e uma pequena parcela na indústria e agricultura de acordo com Bessa (1996).

Conforme Bruschini (1996), os movimentos sindicais e feministas alteraram valores sócios culturais em 1970 no Brasil, em que a desigualdade das classes, uniu os sexos por melhores condições de vida e o movimento sindical assumiu a luta pelos direitos da mulher.

A bandeira feminina ganha força com o nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1970 por meio dos movimentos sindicais. Com mudanças na economia brasileira e mundial, a partir desse período, o mercado de trabalho no Brasil apresenta novas características, diferentes as de 1930, em que o homem deixa de ser o chefe de família e a mulher é considerada um ser capaz, tanto quanto o homem, de acordo com Bessa (1996).

Segundo o mesmo autor, a década de 90 foi marcada pelo fortalecimento da mulher no mercado de trabalho e por meio do crescimento do grau de instrução, a mulher conseguiu reduzir a defasagem salarial e aumentar o poder aquisitivo por consequente, o aumento de responsabilidade no comando das famílias.

De acordo com Luca (2001) a mulher está ocupando cargos de responsabilidades e estratégicos nas organizações, mesmo com as barreiras do preconceito, na política organizacional, ocupações consideradas masculinas, além de atuar como administradora do lar e educadora dos filhos. Após anos de lutas, as mulheres assumiram uma nova postura na sociedade e por consequência nova liderança no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2011) a diferença da faixa salarial entre os homens vem se nivelando e o número de assentos parlamentares no mundo ocupado por mulheres é de 12,7 e aumentou desde a conferência de Pequim.

No Congresso Nacional, apesar do código legal de que os partidos políticos reservem 30% das vagas as candidatas, até o final de março de 2010, a presença feminina no Senado era de apenas 12,3% e, na Câmara dos Deputados, de 8,8%. A situação persistiu nos ministérios do governo do presidente Lula, pois apenas 13% dos ministros eram do sexo feminino. No âmbito dos executivos municipais, em um universo de 5.564 municípios, menos de 10% são mulheres. Com isso, cabe uma pergunta: por que a mulher que detém mais de 50% dos votos ainda é tão pouco representada na esfera política? (Jornal do Advogado, 2010, p.14-15).

A seguir, análise do mercado de trabalho feminino no período de 2001 a 2011 que apresentará o crescimento da mulher no mercado empreendedor.

2.5. Mulheres no mercado de trabalho no período de 2001 a 2011

O número de mulheres empreendedoras cresceu 21% no Brasil, no período entre 2001 e 2011, de acordo com os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), contra o número de empreendedores masculinos no país, que apresentou um crescimento na ordem de 10%. Apesar de o número de homens com negócio ser bem superior ao de mulheres com negócio, a taxa de crescimento acumulada das mulheres superou a dos homens, a participação das mulheres com negócio cresceu, mesmo com uma pequena queda em 2011, referente ao fato de o mercado de trabalho brasileiro estar com baixo desemprego tem estimulado algumas mulheres, empreendedoras, a optar pelo emprego assalariado.

Mesmo com a queda da taxa nos últimos anos, a tendência de aumento da participação das mulheres como empreendedoras deve continuar nos próximos anos, de acordo os dados do *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* (2012). Segundo esse órgão, uma das formas de se medir o grau de empreendedorismo de um país é por meio da TEA (sigla em inglês que significa Taxa de Empreendedorismo Inicial) que busca identificar a criação de novos negócios e monitora a “porta de entrada” do empreendedorismo, sendo esta taxa considerada uma das principais taxas para o cálculo do empreendedorismo de um país. De acordo com a TEA, a participação das mulheres cresceu de 42% para 50% do total de “Empreendedores Iniciais” e se estabilizou nos anos mais recentes, equiparando aos homens, em que há uma forte evidência de que a participação das mulheres tende a continuar crescendo.

De acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010) o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho está associado ao maior grau de escolaridade, a queda da taxa de fecundidade, à redução de núcleos familiares, ao crescimento de casais sem filhos, a maior urbanização e a unipessoalidade. As mulheres empreendedoras apresentam escolaridade superior a dos homens empreendedores, em que aproximadamente 20% da média de estudos da mulher é de 8,4 anos e a do homem 6,9 anos, conforme dados do IBGE. Dados do instituto mostram que as mulheres empreendedoras iniciam sua jornada mais, 72% começaram a

trabalhar com até 17 anos de idade se comparadas com os homens com negócio, 85% iniciam suas atividades com até 17 anos. Fato associado a maior permanência na escola, retardando o seu ingresso no mercado de trabalho. A região Sudeste detém 41% das mulheres com negócio, maior concentração de mulheres empreendedoras. De acordo com o GEM (2012), no Brasil, a taxa do empreendedorismo tem uma relação positiva com a escolaridade, no caso, tendo o Sudeste o maior grau de escolaridade das mulheres nessa região, ajudando a explicar a quantificação de mulheres de negócio. O Estado de São Paulo apresenta o maior índice de mulheres empreendedoras - 20% do total de empreendedores cadastrados no Brasil.

Fontes do SEBRAE mostram que o rendimento médio mensal das mulheres empreendedoras é 31%, inferior ao dos homens que tem empreendimento comercial e mesmo assim, entre o período de 2001 a 2011 o rendimento médio real das mulheres cresceu 41% superando os 37% dos homens com empreendimento comercial. De acordo com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE (2013), as mulheres empreendedoras possuem uma carga semanal de horas inferior, algumas trabalham menos de 40 horas em relação aos homens empreendedores dedicados ao negócio, pois tem dupla jornada com os afazeres do lar. Mesmo assim, cerca de ¼ delas trabalham mais de 45 horas por semana, equiparando-se a um total 42% de homens que trabalham mais de 45 horas semanais.

Dados do SEBRAE mostram que a contribuição à Previdência Social é relativamente baixa, a preocupação da previdência é maior nos locais que apresentam atividades, nos empreendimentos com empregados, empreendedores de maior renda, mais escolarizados e mais velho e pouco preocupante para os mais jovens que estão longe do período da solicitação de aposentadoria. Entre as mulheres empreendedoras, 28% contribuem para a previdência no trabalho e 4% contribuem para alguma entidade de previdência privada, sendo que apenas 32% possuem algum tipo de previdência. O grupo dos homens com negócio equipara-se praticamente com a das mulheres. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD (2011), 70% das mulheres empreendedoras têm preferência de negócios em locais fixos como loja, oficina, fábrica ou escritório e domicílio em que moram. Entre os homens empreendedores há uma maior dispersão de locais de trabalhos e há também uma proporção bem mais elevada de estabelecimentos rurais como fazenda, sítio, granja, chácara e em locais designados pelos clientes. Fontes do SEBRAE destacam a ocupação de mercado empreendedor tanto como por Conta Própria

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO
INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

*Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone
Terezinha de Jesus N.G.Coelho*

como Empregador em que 87% das mulheres trabalham sem empregados, com estruturas de negócios mais enxutas e de operações simples, dependente somente da dona. Essa proporção é um pouco superior a dos homens com 86% do mercado empreendedor tanto como por Conta Própria como Empregador. Uma das vantagens de ter um negócio próprio é a maior flexibilidade de horário, que permite conciliar as atividades do negócio com as atividades do lar.

É a primeira vez que a revista *Fortune* (2014) faz uma edição global do *ranking*. A revista levou em consideração o tamanho, a importância, o momento atual e a expectativa sobre o futuro da empresa sob o comando das executivas. Trajetória de carreira e o estilo de liderança também foram aspectos avaliados pelos editores da revista representados no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Mulheres de negócios mais poderosas do mundo – Revista Fortune, 2014

Nome	Atividade
Mary Barra	Alto posto da empresa CEO da General Motors (GM). País: Estados Unidos.
Ginni Rommety	Presidente da IBM. País: Estados Unidos
Indra Nooyi	Presidente da Pepsico. País: Estados Unidos
Graça Foster	Presidente da Petrobrás. País: Brasil
Ellen Kullman	Presidente da DuPont. País: Estados Unidos
Irene Rosenfeld	Presidente mundial da Mondelez. País: Estados Unidos
Marillyn Hewson	Presidente da Lockheed Martin. País: Estados Unidos
Meg Whitman	Presidente da HP. País: Estados Unidos
Patricia Woertz	Presidente da Archer Daniels Midland. País: Estados Unidos

Fonte: Quadro formulado pela autora segundo informações da revista *Fortune* (2014, Ed.62ª, 06/fev.).

Quadro 4 – Mulheres de negócios mais poderosas do Brasil – Revista Forbes, 2014

Nome	Atividade
Maria da Graças Silva Foster	A presidente da Petrobrás lidera a posição das 10 mulheres de negócios mais poderosas do Brasil.
Chieko Aoki	Fundadora da rede de hotéis <i>Blue Tree Towers</i> é a segunda mulher mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Luiza Helena Trajano	Fundadora do Magazine Luiza é considerada terceira mulher de negócios mais poderosa do Brasil conforme a revista Forbes.
Adriana Machado	Presidente da GE do Brasil ocupa a quarta posição de mulheres de negócios mais poderosa do Brasil segundo a revista.
Gisele Bundchen	Além de representar grifes internacionais, possui vários produtos licenciados em seu nome. Ocupa a quinta posição segundo a revista.
Sonia Hess Souza	Presidente da Dudalina, considerada a sexta mulher poderosa do Brasil de acordo com a revista Forbes.

Claudia Sender	Presidente da TAM ocupa a sétima posição das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil, segundo a revista.
Milu Villela	Presidente do Museu de Arte Moderna (MAM) do Centro Cultural Itaú e acionista do Bando Itaú é a oitava mulher mais poderosa do Brasil de acordo com a Forbes.
Viviane Senna	Presidente do Instituto Airton Senna. Apresenta-se na lista das mulheres de negócio mais poderosa do Brasil Segundo a revista.
Zica Assis	Fundadora da Beleza Natural, ex-faxineira ocupa a décima posição da lista das 10 mulheres de negócio mais poderosas do Brasil.

Fonte: Quadro formulado pela autora baseado nos dados da revista *Forbes* (2014, Ed.11ª, 28/ maio).

O quadro da revista *Fortune* apresenta uma única brasileira, enquanto a revista *Forbes* mostra as mulheres empreendedoras do Brasil. A seguir serão elencadas as características do Microempreendedor Individual para melhor compreensão do assunto.

2.6. Microempreendedor individual

O Brasil apresenta altas taxas de impostos que muitos empreendedores acabam por ficar na informalidade por não poderem arcar com os custos, além da burocracia que sempre foi um empecilho para a formalização de uma empresa. Visando melhorar o processo burocrático em relação à formalização, reduzindo a carga tributária tanto na apuração quanto no pagamento de tributos, o Governo Federal lançou o Microempreendedor Individual - MEI. Um importante instrumento para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, sendo caminho de entrada para os que vivem na informalidade para formalizarem seus negócios e ter oportunidades que o mercado oferece para as empresas legalizadas com melhores condições em que as empresas que se enquadrarem nos critérios da lei, estão automaticamente na opção do Simples Nacional.

Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, ou seja, R\$ 5.000,00 por mês e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. O MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL).

Os benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, benefícios previdenciários serão ofertados também ao Microempreendedor Individual que contará com a isenção de impostos com exceção do pagamento de uma taxa fixa mensal de 5% do salário mínimo vigente a título de contribuição previdenciária ao INSS, R\$ 1,00 de ICMS para o Estado caso a

atividade seja comércio/indústria e/ou R\$ 5,00 de ISS para o município se a atividade for prestação de serviço.

Os Valores a serem recolhidos, mensalmente, com base no salário-mínimo de R\$ 724,00, em vigor a partir de janeiro de 2014, de acordo com as atividades autorizadas pelo MEI será apresentada na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Taxas fixas cobradas de acordo com atividades com base no valor do salário mínimo do Brasil em 2014/ Diário da União = R\$724,00

Valor	Atividades
R\$ 36,20	Atividade isenta de ICMS e ISS
R\$ 37,20	Comércio e/ou Indústria (INSS + ICMS)
R\$ 41,20	Prestação de Serviços (INSS + ISS)
R\$ 42,20	Atividades mistas (INSS + ICMS + ISS)

Fonte: Quadro formulado pela autora de acordo com dados do portal do microempreendedor.

De acordo com a tabela, não há custo para formalizar o MEI. Para a formalização e para a primeira declaração anual existe uma rede de empresas de contabilidade que são optantes do simples nacional e que fazem essas tarefas sem cobrar nenhum valor do MEI somente no primeiro ano.

Uma análise do perfil do microempreendedor, conforme os dados anteriormente citados, define algumas das características típicas de negócios femininos como: o foco no microempreendedorismo individual, o maior grau de escolaridade, não possuir empregados, trabalhar em domicílio ou lugar fixo e concentrarem-se mais, no Estado de São Paulo.

2.7. Perfis da mulher microempreendedora individual

Conforme Alves (2014), jornalista do Jornal Economia & Negócios do Estado de São Paulo, sete entre dez dos brasileiros tomam iniciativa de abrir uma empresa por achar o momento propício para ganhar dinheiro e tornam-se donos do próprio negócio. De acordo com Rosival Fagundes, a pesquisa realizada pelo SEBRAE do Perfil do Microempreendedor Individual 2013, obteve maior índice em 12 anos, com um crescimento do empreendedorismo. No Brasil, em 2002, 42% das pessoas que abriram uma empresa e em 2013 subiu para 71%, pelo fato de estarem

desempregados viram o empreendedorismo como necessidade, acreditou na demanda do mercado e aproveitaram as oportunidades que o mercado oferece.

Segundo o autor, o melhor desempenho no ranking de empreendedorismo por oportunidades foi do Brasil entre os países dos BRIC`s (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), não muito distantes dos grandes países econômicos como Estados Unidos com 78% e Reino Unido com 84% de acordo com os dados de pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*) realizada em 68 países, sob o comando da *London Business School e Babson College*, no Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e patrocinada pelo SEBRAE.

O Microempreendedor Individual - MEI foi contemplado com uma série de vantagens, pois profissionais que trabalham por conta própria têm a chance de conquistar sua cidadania, formalizando um pequeno negócio gratuitamente, de forma rápida e segura, com uma série de vantagens como a redução da burocracia com relação à formalização (registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento da atividade) e também da redução da carga tributária.

A categoria, que engloba profissões como costureira, pintor, cabeleireira, manicure, pipoqueiro, entre outras, é um grande avanço e colocou muitos trabalhadores na formalidade. Entretanto, um número da Receita Federal chama a atenção, mais de 55% dos MEIs estão inadimplentes no Brasil. Conforme Marcio Lavelberg, dono da Blue Numbers, muitos empresários desistiram de empreender porque encontraram emprego. Consequentemente o índice de empreendedorismo por necessidade diminuiu naturalmente, pois quando o profissional desempregado abre uma empresa, não possui o direito ao seguro-desemprego.

De acordo com o site do jornal A Tribuna, registrar-se como Microempreendedor Individual (MEI) pode ser uma ótima alternativa, para quem busca uma oportunidade de negócio próprio ou atua na informalidade, 3,7 milhões de brasileiros estão cadastrados e mais de 900 mil (25%) somente no Estado de São Paulo.

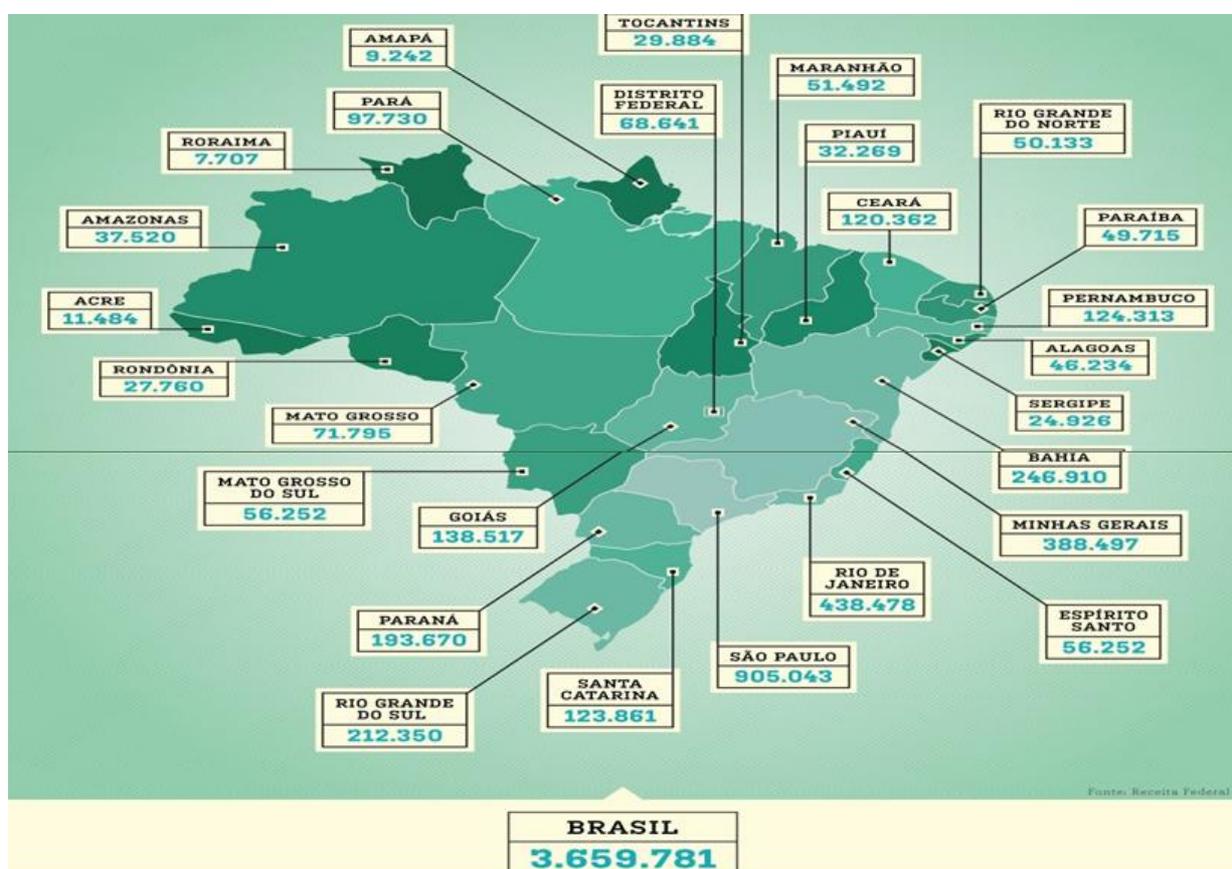
Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD, a região Sudeste contém 41% de mulheres com negócios próprios contra 38% de homens com negócios próprios. O maior grau de instrução das mulheres está na região Sudeste e consequentemente, o maior número de Donas de Negócios Próprios. Segundo dados da Receita Federal (2013), o número de MEIs, no Brasil, gira anualmente em torno de um (1) milhão de formalizações, mesmo

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MICROEMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Edineide Maria de Oliveira
Neusa Nakazone
Terezinha de Jesus N.G.Coelho

com queda do crescimento, devido a baixa do índice de desemprego no país conforme mapa 1, a seguir:

Mapa 1- Mapa do Brasil com dados de MEIs cadastrados

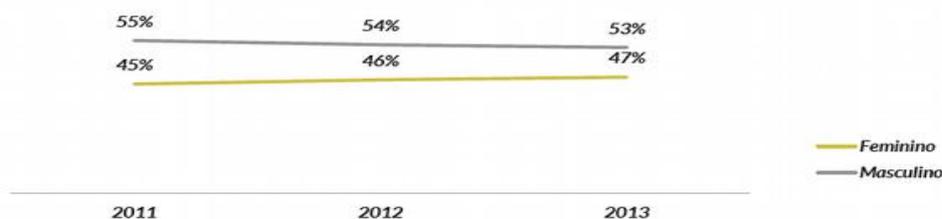


Fonte: Receita Federal do Brasil, 2013.

De acordo com os dados do SEBRAE/Receita Federal, do total de microempreendedores individuais formalizados no Brasil, 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino. As mulheres estão empreendendo com toda força no setor do comércio (42%), nos serviços (39%) e na indústria (18%).

Conforme os dados da Receita Federal, apresentados no gráfico 1, a seguir, houve crescimento de microempreendedores individuais de 1.646% em 2010 para 37,2% em 2013. Comparando os dados nos períodos de 2011, 2012 e 2013 em que, no ano de 2011 o sexo masculino apresentou 55% e o sexo feminino 45%. Em 2012 o sexo masculino contabilizava 54% e o feminino 46%, porém no ano de 2013, 53% são do sexo masculino e 47% são do sexo feminino.

Gráfico 1 – Distribuição de MEI por gênero -2011 a 2013

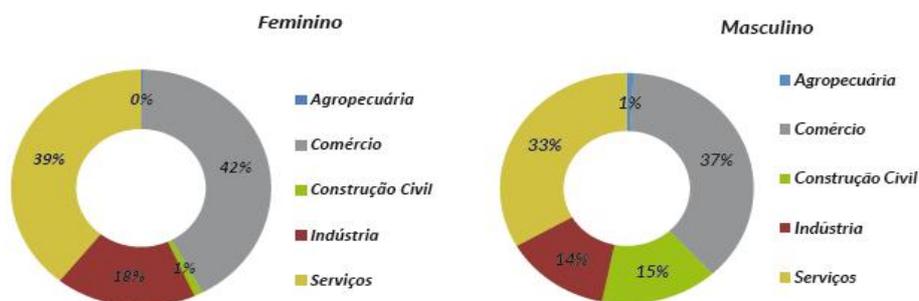


Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

As atividades preferidas pelas mulheres são: comércio de artigos de vestuário, serviços de cabeleireiros e atividades de estética. As mulheres com negócio têm uma presença proporcional mais elevada em setores de serviços e comércio, pois as atividades que predominam são os serviços de beleza como: cabeleireiras, pedicures e manicures, a venda por catálogos, farmácias e perfumarias e o comércio de armarinho, a fabricação de roupas sob medida, artigos têxteis e de tecidos na indústria e a silvicultura e exploração florestal e a avicultura. Os homens têm uma presença proporcionalmente maior nos setores agrícola e da construção conforme demonstrado no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição de MEI por gênero e setor- Ago/2013



Fonte: Perfil do microempreendedor individual, 2013

As dez atividades mais procuradas pelos empreendedores individuais, conforme o SEBRAE são as seguintes: comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, cabeleireiros, obras de alvenaria, lanchonetes e casas de chá, de sucos e similares, outras atividades de tratamento de beleza, minimercados, mercearias e armazéns, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, instalação e manutenção elétrica, fornecimento de alimentos preparados para o consumo domiciliar e comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumes e de higiene pessoal. A taxa média de crescimento de MEI nos últimos 12 meses nessas atividades top 10 é de 41,2%. Destaque para “outras atividades de tratamento de beleza” com crescimento de 50% no número de MEI.

Tabela 2 – Atividades mais frequentes entre o MEI feminino

Top 10 - Atividades Cnae	MEI	% MEI Feminino	% no total MEI
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	284.917	17,4%	8,1%
Cabeleireiros	189.814	11,6%	5,4%
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	89.689	5,5%	2,6%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	57.359	3,5%	1,6%
Fornecimento de alimentos preparados preponderante	56.044	3,4%	1,6%
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	46.416	2,8%	1,3%
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	46.162	2,8%	1,3%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	42.243	2,6%	1,2%
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	39.073	2,4%	1,1%
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	33.904	2,1%	1,0%
Total	885.621	54,0%	25,2%

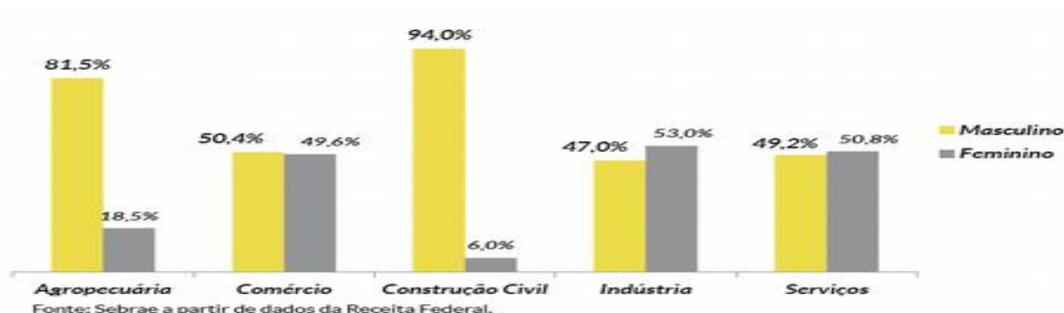
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

A tabela 2, anterior, apresenta as dez atividades com o maior número de registros no cadastro do MEI feminino evidenciando a proporção maior nos setores de comércio, serviços e indústria. Dessas 10 atividades, a maior concentração está nos serviços de cabeleireiros ou atividades de estética e comércio de artigos de vestuário com foco no público do sexo feminino.

Na distribuição entre os setores do total de MEI, a construção civil, 94% são do sexo masculino que apresenta o maior índice de grau de instrução de ensino fundamental incompleto e o menor índice de nível superior completo, 6% feminino apresenta um salário maior que a do masculino devido apresentar nível de instrução maior que a do masculino. Mesmo em uma área dominada pelos homens, a mulher vem ganhando espaço aos poucos. Os homens também são maioria entre os MEI da agropecuária e no comércio onde estão perdendo espaço para as mulheres. As mulheres são maioria entre os microempreendedores individuais na Indústria (53%) e metade dos MEI de Serviços (50,8%), conforme demonstrado no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição de MEI por setor e gênero – Ago./2013

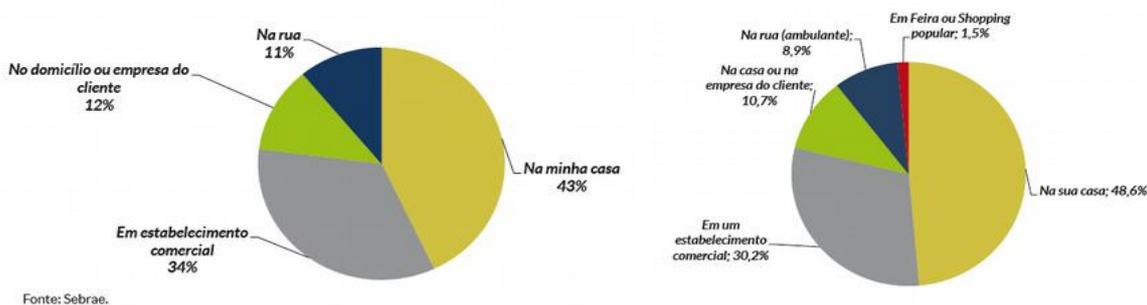


Fonte: SEBRAE a partir dos dados da Receita Federal do Brasil.

Os setores com maior participação de MEI do sexo masculino apresentam-se em atividades de obras de alvenaria, instalação e manutenção elétrica e transporte rodoviário de cargas.

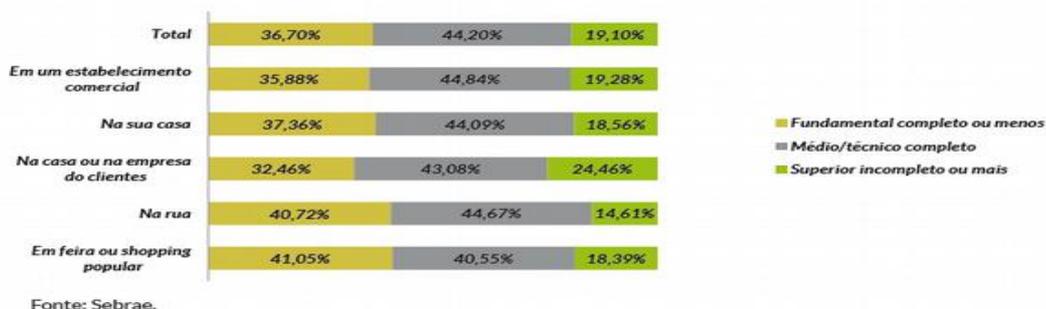
Os números de acordo com a Receita Federal mostram que em 2013, o local de funcionamento do negócio do MEI, 48,6% atuam no próprio domicílio, 30,2% em pontos comerciais, 10,7% em domicílio ou em empresa do cliente, 8,9% como ambulante e na rua e 1,5% em feira ou shopping popular. Somando-se os que afirmam atuar em sua casa ou em estabelecimento comercial, tem-se que 78,8% dos microempreendedores individuais atuam em pontos fixos.

Gráfico 4 – Local onde opera seu negócio - 2012 Local onde opera seu negócio – 2013



Fonte: Perfil do microempreendedor individual, 2013

Gráfico 5 – Escolaridade por local de operação do negócio



Fonte: SEBRAE

Por meio dos dados anteriormente apresentados, verifica-se que quanto menor for o grau de instrução do indivíduo, a localização da operação do trabalho se apresentará em lugares abertos, como a rua, feira ou shopping popular. Já quanto maior o grau de instrução da pessoa, o local de trabalho do empreendedor se apresentará em locais fixos, fechados, como estabelecimentos comerciais, empresas ou própria casa. Motivo do crescimento pelo qual existem mais mulheres trabalhando no próprio lar com a vantagem de estar próximo ao filho, economia de transportes e maior tempo de dedicação ao lar e a família.

Conforme os dados apresentados pelo SEBRAE quanto à escolaridade dos microempreendedores individuais, nota-se que: 17,3% não possuem instrução formal ou possuem o fundamental incompleto; 10,4% possuem fundamental completo; 9,5% possuem grau de instrução médio ou técnico incompleto; 44,1% possuem ensino médio ou técnico completo; 7,7% com superior incompleto; outros 9,8% com superior completo e 1,2% com pós-graduação.

De acordo com IBGE (2010) a quantidade de pessoas que possuem curso superior concluído é 1/3 em relação aos brancos, ou seja, 4,7% de negros, 5,3% de pardos e 15% de brancos com nível superior completo. O PNAD (2005) apresentou percentual de maior número de mulheres com mais de 10 anos de estudos sendo que a paulista apresenta um número maior, uma diferença de aproximadamente 56% das nordestinas migrantes. Em relação à etnia que o MEI se enquadra para identificar a raça/cor, foi verificada a predominância de 45,6% de “pardo”, que inclui os termos moreno, mulato, mestiço, cafuzo, caboclo e outros, e 42,3% de “brancos”, ou seja, 87,9% dos MEI consideram-se nestas duas categorias.

Segundo Justo e Silveira Neto (2006), existe uma predominância das mulheres migrantes em relação aos homens no Estado de São Paulo. Às causas da migração, feminina, às vezes, possui características específicas como uma libertação dos maus tratos domésticos, devido à violência e a opressão do machismo.

Tabela 3 – Evolução do número de empreendedores individuais por sexo

Evolução do número de empreendedores individuais por sexo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009-2012 (em nº absolutos)								
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Mulheres				Homens			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Sudeste	8.004	155.660	373.821	617.674	9.315	184.462	427.658	695.719
Espírito Santo	429	8.987	20.378	33.209	602	9.682	21.428	34.249
Minas Gerais	688	29.960	73.519	124.722	651	34.732	83.743	141.120
Rio de Janeiro	613	44.889	97.148	149.430	507	54.465	113.289	169.617
São Paulo	6.274	71.824	182.776	310.313	7.555	85.583	209.198	350.733

Fonte: SEBRAE, elaboração DIEESE

Dados do SEBRAE, obtidos através da Receita Federal do Brasil (2013), informam que o MEI é constituído de pessoas jovens. Em média, 58,8% dos microempreendedores individuais cadastrados possuem menos de 40 anos de idade. Conforme a comparação dos números de 2011 e 2012 observa-se um acréscimo na participação do cadastro MEI de pessoas acima de 40 anos, uma leve redução na faixa mais jovem de até 24 anos e a faixa intermediária, entre 25 a 39 anos não se altera. No entanto o PNAD informa que entre 2001 e 2011, a média de idade das mulheres empreendedoras passou de 41 anos para 43 anos, e a média de idade dos homens empreendedores passou de 43 anos para 44 anos.

Conforme Data Popular – Meio&Mensagem, (2008) as mulheres se preocupam cada vez mais com suas carreiras, 70% delas almejam crescimento profissional e estão preocupadas em cuidar mais de si mesmas, pois 39% desejam acrescentar academias à sua rotina, 33% cabeleireiro, 25% massagens e 20% esportes, além de 14% planejarem almoços com as amigas.

As principais ocupações dos microempreendedores individuais antes de se formalizarem em 2013, em que 40,6% eram empregados de carteira assinada, 30,6% eram microempreendedores informais sem CNPJ; 16,3% empregados sem carteira; 6,5% dono (a) de

casa; 2,0% servidor público; 1,8% estudante; 1,1% desempregado, e 0,3% aposentado. O principal motivo para se tornar empreendedor individual foi ter uma empresa formal (42,5%), seguido de benefícios do INSS (21,5%).

O registro como empreendedor individual por meio da formalização ocasionou mudanças positivas em quatro aspectos importantes ligados ao negócio, como o aumento do faturamento, melhores condições de compra, ampliação e possibilidade de venda para o governo e elevação da frequência de vendas para outras empresas. Para a maioria dos microempreendedores, após a formalização o aumento das vendas foi significativo.

Considerações finais

O empreendedorismo no Brasil é um fato! Em virtude do panorama socioeconômico e de outras necessidades que foram mencionadas neste estudo, as premissas que regem o Microempreendedorismo Individual faz com que seja um instrumento de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com destaque para a crescente participação feminina, principalmente, no Estado de São Paulo.

O perfil das mulheres do século XXI é bem diferente do perfil das mulheres do século XIX. As lutas pela igualdade entre os sexos, contra as desigualdades e preconceitos da mulher no mercado de trabalho apenas obteve êxito, com a comprovação da competência feminina em gerar renda, fruto do seu próprio trabalho. O artigo desenvolvido demonstrou a evolução da participação feminina no Microempreendedorismo Individual destacando-se a conquista da mulher no mercado de trabalho, seu espaço no empreendedorismo e independência financeira em um mundo antes dominado por homens.

Como visto no item Perfil da Mulher Microempreendedora Individual, no período de 2011 a 2013 houve um crescimento no cadastro do MEI Feminino conforme dados de distribuição regional de donas de negócio próprio do PNAD 2011 e no período de 2009 a 2012 houve um crescimento no número de mulheres no empreendedorismo individual. Os dados também comprovam que as mulheres com negócio próprio possuem uma presença mais elevada nos setores de comércio e serviços, especificamente na parte de estética e beleza, trabalho este que podem realizar, em seus próprios domicílios, tendência que tem aumentado nos últimos anos. Destas

mulheres, 34% optaram por seguir em seu próprio domicílio e, 36% em lojas, fábricas, oficinas ou escritórios. Isso se deve ao índice de instrução das mulheres superarem a dos homens, mesmo recebendo um rendimento 30% inferior. Essa prática foi uma grande conquista feminina nos últimos tempos, mesmo que afetando a cultura social, com a queda da taxa de fecundidade, redução dos núcleos familiares, crescimento de casais sem filhos, maior escolaridade e a unipessoalidade.

Finalmente, é importante ressaltar que este estudo apresenta limitações, uma vez que o direcionamento das pesquisas voltou-se para o crescimento da participação feminina no processo de cadastramento do MEI, não se debruçando sobre as desvantagens do processo bem como, o enquadramento ao SIMEI - Simples Nacional do Microempendedor Individual que ampliariam a visão sobre o assunto, tornando-o mais rico e preciso.

Referências Bibliográficas

ALVES, Murilo Rodrigues. *Avança empreendedorismo no Brasil*. Economia & Negócios. São Paulo: 08/02/2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,avanca-empreendedorismo-no-brasil,177427,0.html>> Acesso em 04/04/2014.

ARAUJO, F. S. *Feminismo*. InfoEscola. [S.l.]: Disponível em: <www.infoescola.com/sociologia/feminismo> Acesso em 29/03/2014.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Benefícios de ser um microempendedor individual MEI. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/noticias/tributario03072009.htm>> Acesso em 05/05/2014.

BESSA, Karla Adriana Martins. *Papel da mulher na sociedade ao longo da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOM ÂNGELO, Eduardo. *Empreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRUSCHINI, C. *Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?* *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.24, n. esp., 2006.

CAETANO, Bruno. *SEBRAE promove oficinas para microempreendedores*. São Paulo: 02/04/2014. Disponível em: <<http://www.tribunasite.com.br/noticias/50493/sebrae-promove-oficina-para-microempreendedores-.html>>. Acesso em: 15/04/2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, P. F. *Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e princípios*. São Paulo: Pioneira, 2003.

EBTs & Startups. *Empreendedorismo, perfil. Valor e Inovação*. 2010. Disponível em : <<http://valorinovacao.wordpress.com/tag/perfil/>> Acesso em 08/04/2014.

FAGUNDES, Rosival. *Análise do perfil do microempreendedor individual – MEI*. Disponível em:< <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/analise-do-perfil-do-microempreendedor-individual-mei/75010/>> 12/01/2014. Acesso em 20/05/2014.

FILION, Louis Jacques. “O empreendedorismo como tema de estudos superiores”. In: *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI/IEL, 2000.

GERBER, M. E. *O Mito do Empreendedor Revisado*. São Paulo: Saraiva 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed Ed. S.A., 2005.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. *Empreendedorismo*. 5.ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mão na roda/cor ou raça*. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/cor-ou-raca>> Acesso em 06/05/2014.

KÜHNER, Maria H. *O desafio atual da mulher*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEITE, E. S; MELO, N. M. “Uma nova noção de empresário: a naturalização do empreendedor”. *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 16, Núm. 31, novembro, 2008.

LUCA, T. *Indústria e Trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro e BERNARDES, Cyro. *Criando empresas para o sucesso*. 2a ed. São Paulo: Futura, 2000.

MARINUCCI, Roberto. *O fenômeno migratório no Brasil*. Distrito Federal: 2002. Disponível em:<www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc> Acesso em 06/05/2014.

MEI – Microempreendedor Individual. *Portal do empreendedor*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 31/03/2014.

MENDES, Leandro Miotto. *Desvantagens do MEI Microempreendedor Individual*. 2010. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/452/desvantagens-do-mei-micro-empendedor-individual/>> Acesso em 05/05/2014.

NOGUEIRA, Cláudia M. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Marília: 2010. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/.../6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf> Acesso em 10/04/2014.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho no fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

PORTAL do Empreendedor. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>>. Acesso em: 05/05/2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Atividades permitidas ao MEI de A a Z*. 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/As-atividades-permitidas-ao-MEI,-de-A-a-Z>> Acesso em 01/05/2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Manual Do Perfil do Microempreendedor Individual*. 2013. Disponível em: <<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/perfil-dos-pequenos-negocios/microempreendedor-individual>> Acesso em 01/05/2014.

STEARNS, P.N de. *Historia da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.

TEIXEIRA, Samara. *As conquistas da mulher no mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/gestao-rh/as-conquistas-da-mulher-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em 10/04/2014.

WEINSTEIN, Bárbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo. Cadernos Pagu*, vol. 4, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1995.